

ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO. Ao sétimo dia do mês de janeiro do ano de 2020, nesta cidade do Salvador, na sala de sessões Juiz Nylson Sepúlveda, andar térreo deste Tribunal, sito à Rua Bela Vista do Cabral, 121, Nazaré, reuniu-se em **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA o PLENO** do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **Dalila Andrade**, com a presença dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores do Trabalho **Jéferson Muricy, Alcino Felizola, Luíza Lomba, Paulino Couto, Ana Lúcia Bezerra, Vânia Chaves, Valtércio de Oliveira, Tadeu Vieira, Débora Machado, Ivana Magaldi, Renato Simões, Léa Nunes, Marcos Gurgel, Luiz Roberto Mattos, Suzana Inácio e Ana Paola Machado Diniz**, bem como do representante do Ministério Público do Trabalho, Excelentíssimo Procurador **Luís Carlos Gomes Carneiro Filho**. O Excelentíssimo Desembargador **Humberto Machado** encontra-se em gozo de férias. Os Excelentíssimos Desembargadores **Maria Adna Aguiar, Esequias de Oliveira, Graça Boness, Norberto Frerichs e Pires Ribeiro** encontram-se afastados por determinação do CNJ. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Desembargadores **Yara Trindade, Lourdes Linhares, Marizete Menezes, Edilton Meireles e Margareth Costa**. Os trabalhos foram abertos às 14 horas. Não tendo havido **EXPEDIENTES, INDICAÇÕES ou PROPOSTAS**, a Excelentíssima Desembargadora Presidente **Dalila Andrade** consignou: “(áudio inaudível)...muitas realizações, muitas conquistas! Que a gente possa se fortalecer mais e mais, e, principalmente, com muita união, com muito respeito, muito trabalho, muita dedicação. E trabalho é o que não falta aqui nesta casa. Alguns informes a Vossas Excelências. Certamente já é de conhecimento dos colegas e eu quero apenas reiterar e compartilhar com Vossas Excelências a minha enorme satisfação em ter realizado no último dia 24 de dezembro a assinatura do contrato de aquisição do Empresarial 2 de Julho, onde funcionará a nova sede da Justiça do Trabalho aqui em Salvador. A formalização da compra do empresarial é fruto do projeto do trabalho da minha antecessora, Desembargadora Maria de Lourdes Linhares, e de toda sua equipe. Coube a mim, ao assumir a Presidência do TRT, com o bastão passado já nos metros finais, apenas dar continuidade ao projeto de aquisição, e o fiz trabalhando arduamente, juntamente com meus servidores, mas também com um apoio incondicional, e não posso deixar de registrar aqui, o apoio do Desembargador Alcino Felizola, que foi decisivo, assim como do juiz auxiliar da Presidência, Firmo Leal, e toda a minha equipe. E fi-lo na convicção de que a compra do imóvel atende ao princípio do interesse público, sob todos os aspectos. Nós sabemos que ainda há muito trabalho a ser feito até a mudança, mas estou certa de que demos um enorme passo para a consolidação de um sonho, que é o de ter nossa nova sede. Agradeço a todos e a cada uma das

Firmado por assinatura digital em 07/02/2020 14:41 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por NAIA VIEIRA JASMIN. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020702247194392.

Firmado por assinatura digital em 04/02/2020 11:32 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por DALILA NASCIMENTO ANDRADE. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020402245514076.

pessoas que, com as suas ações, de alguma forma nos ajudaram a tornar esse sonho realidade. Vejo aqui em minha frente também, e não vou deixar de registrar, a Presidente da AMATRA5, a juíza Cecília Magalhães, que também, juntamente com a ANAMATRA, nos auxiliaram em todo esse processo de aquisição. Nós já vamos iniciar, já iniciamos o projeto, vamos licitar o projeto básico, visando à adequação do imóvel, e já em meados de fevereiro já devemos estar com tudo concluído. Estou formando um grupo de trabalho para acompanhar e fiscalizar, solicitei o auxílio do Desembargador Alcino Felizola e Sua Excelência já se dispôs a me auxiliar. Estou aqui deixando os Desembargadores Jéferson Muricy e Luiza Lomba mais livres dessa atividade, embora todo e qualquer colega que queira se juntar a nós nesse trabalho, nós estamos de braços abertos. Quero tratar bem rapidamente com os colegas sobre dificuldades orçamentárias e de pessoal. É necessário também reforçar o que eu já disse inclusive quando do encerramento do ano judiciário, das dificuldades orçamentárias e de pessoal que nosso Tribunal vem enfrentando em razão das restrições impostas pela emenda 95, um fato que nos obriga a exercer as nossas atribuições com ainda maior grau de responsabilidade dentro desse cenário de limitações. Então, inúmeras as ações, projetos, que a gente precisa implementar ao longo dessa nossa caminhada, nossa trajetória, e nós vamos conversar mais a miúdo sobre isso. Novos projetos, colegas, nós temos inúmeros projetos, já alguns muitos em andamento, muitos encerrados ainda na gestão da Desembargadora Lourdes Linhares, mas Sua Excelência já deixou engatilhados vários projetos, eu vou dar continuidade, vou implementar tantos outros e quero reiterar aqui que eu conto com o apoio de cada um dos colegas. Um desses projetos visa auxiliar, muito especificamente, a minha prioridade é a atividade-fim porque diz respeito à nossa missão institucional do Tribunal. Mas fortalecer não apenas a execução mas também conciliações, não apenas no CEJUSC de 1º grau, que a gente tá reformulando toda a metodologia de trabalho, depois eu vou passar para vocês para entenderem, mas também, e especialmente, o CEJUSC de 2º grau. O CEJUSC de 2º grau ele é compreendido como integrante de toda a estrutura do Juízo de Conciliação de 2ª instância, que foi tão bem conduzido nestes últimos anos pelo Desembargador Jéferson Muricy. Mas o CEJUSC de 2º grau, que atua não apenas naquelas conciliações globais, e também não apenas na conciliação de precatórios, mas o CEJUSC de 2º grau, pra gente, conseguia alavancar os processos, principalmente, os que estão nos gabinetes dos colegas. A gente sabe que com a reforma trabalhista houve efetivamente uma redução do número de novas reclamações. Isso teve como consequência imediata o aumento da produtividade do 1º grau, tanto que nós, na meta 1, que é julgar mais processos do que entra, nós conseguimos alcançar mais de 110%, o nosso Tribunal. O que aconteceu? Nós estamos vendo, hoje, a quantidade absurda de processos de recursos que chegam no 2º grau. Então isso é efetivamente fruto do

Firmado por assinatura digital em 07/02/2020 14:41 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por NAIA VIEIRA JASMIN. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020702247194392.

Firmado por assinatura digital em 04/02/2020 11:32 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por DALILA NASCIMENTO ANDRADE. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020402245514076.

trabalho do 1º grau que acabou todo aquele 'bum' de novas reclamações, novos processos, que os juízes de 1º grau enfrentaram em 2017, lá em novembro/2017. O 2º grau vem enfrentando de 2018 pra cá e nós chegamos em uma situação muito difícil. Então, me parece que o CEJUSC de 2º grau ele vem somar esforços com os colegas para auxiliar os gabinetes nesse intento. Então, eu dou a palavra à Desembargadora Ana Paola, que é nossa conciliadora, porque ela pode trazer umas outras informações mais detalhadas, apenas para informar a Vossas Excelências o que o Juízo de Conciliação e o CEJUSC, principalmente, têm feito”. A Excelentíssima Desembargadora **Ana Paola Machado Diniz** se manifestou nos seguintes termos: “Obrigada, Presidente, é muito oportuna essa fala. Ainda hoje eu conversava com a juíza auxiliar do Juízo de Conciliação de 2ª Instância, a Dra. Karine Brito, sobre a nossa estratégia. Nossa eu digo a atuação do Tribunal no que diz respeito ao CEJUSC 2ª instância. Nós temos alguma dificuldade de pessoal, de mediadores especificamente voltados para a tentativa de conciliação dos processos de gabinete e também os processos de revista, que me parece ser esse o objetivo essencial da atuação em 2ª instância. Porque, no que diz respeito às conciliações globais e à conciliação de precatório, a estrutura do JC2 já está bem fortalecida, bem organizada, e isso até por conta da atuação muito profícua dos Desembargadores que lá estiveram e que precederam a nossa gestão atual. Então, nosso desafio agora é alavancar a atividade do CEJUSC 2 a partir da conciliação dos processos. Primeiro os processos que estão aguardando julgamento nos gabinetes. E para isso nós precisamos da colaboração de todos os Senhores. Nós vamos marcar uma reunião de trabalho ainda essa semana para, a partir do BI já nos aproximamos de Márcio, que já nos deu um treinamento que pode ajudar na separação e na triagem de algum desses processos que estão nos gabinetes e que vai nos permitir já sinalizar diretamente para o chefe de gabinete quais seriam os processos que dentro dessa triagem nossa seriam possíveis de conciliação no CEJUSC 2. Nós estamos pensando em atuação com duas estratégias principais. A primeira uma estratégia mais política, de procurar triar os maiores devedores em termos de processos que estão aguardando julgamento e processos que estejam na revista. E fazer um trabalho prévio de ver a sensibilidade que a empresa tem e a disponibilidade que ela tenha para conciliação, com a margem que ela apresenta de conciliação, processos até que determinado perfil ela vê como viável de conciliação. E aí, conseguindo esse resultado, essa ação política, para nós identificarmos esses processos nos gabinetes a partir do BI é super fácil. Então a gente identifica a partir do devedor e já indica para cada gabinete qual o processo que nós vislumbramos uma possibilidade de conciliação. A outra estratégia é a partir da identificação de perfis de processos que são mais factíveis de conciliação. Sejam os processos com sentença liquida, sejam os processos com o valor econômico não muito substancial, mas que de qualquer forma estão represados nos gabinetes pela

Firmado por assinatura digital em 07/02/2020 14:41 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por NAIÁ VIEIRA JASMIN. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020702247194392.

Firmado por assinatura digital em 04/02/2020 11:32 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por DALILA NASCIMENTO ANDRADE. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020402245514076.

impossibilidade que nós temos, que é real, de ação em todos eles, certo? Quando estive substituindo no gabinete do Desembargador Valtércio, até por pedido dele, lembro que ele me fez esse pedido: 'olhe, se possível, não deixe de fazer as conciliações aqui no gabinete, que eu sempre costumo fazer isso' e nós fizemos lá várias pautas de conciliação fazendo uma triagem ainda meio, digamos, amadora dos processos, que eram só os processos do gabinete. A gente escolhia com sentença líquida, processos a partir da matéria que estava sendo submetida a recurso quando o recurso era do reclamante. Então, qual a nossa ideia de ação, digamos uma ação mais efetiva e profissionalizada, digamos assim, no CEJUSC 2? Esse mês de fevereiro nós estamos promovendo uma semana de conciliação de processos de gabinete e vamos filtrar alguns processos por parâmetros variados. É um pouco de tentativa mesmo de aferir algum critério que nos oriente na seleção desses processos, porque é nossa dificuldade maior, mesmo com os do BI, equipar uma filtragem mais eficiente – isso eu acho que os Senhores observam também quando vão fazer a distribuição de processos dentro de cada gabinete – é muito fácil nós fazermos a triagem a partir do nome do devedor e distribuir para os assistentes a partir de um devedor comum, o que facilita muito o trabalho de confecção do voto, porque as matérias são mais comuns. Mas nós temos uma dificuldade de filtrar a partir da matéria de recurso. Por que? Porque não se dá o tratamento desde a 1ª instância e a parte quando recorre também, no estabelecer as matérias recursais, porque isso facilitaria e muito nosso próprio trabalho de confecção de voto no gabinete. Porque você poderia, por exemplo, pegar um processo, sei lá, processo do Bradesco em que esteja se discutindo doença ocupacional, processo do Bradesco em que se esteja discutindo plano de cargos, processos da Consórcio Mobilidade que esteja se discutindo jornada de trabalho ou multa. Alguns processos têm uma triagem, mas nem todos têm, então isso não fica completo. Enfim! Então, o que eu peço a todos os colegas é: contribuam na medida do possível com nossa ação lá no CEJUSC. Compreendam esse momento inicial em que nós vamos fazer uma triagem de processos, vamos solicitar algum esforço ao gabinete na identificação de alguns processos, seja por alguns perfis ou já indicando diretamente o número de processo. E eu acho, Presidente, que a partir dessa primeira semana nós vamos fazer, ainda em fevereiro - minha expectativa é que façamos ainda em fevereiro -, uma semana completa. Os colegas também que quiserem contribuir, de alguma forma, participando de ações de conciliação mesmo, de uma pauta de conciliação. Dr. Valtércio que gosta muito de conciliação, Dr. Jéferson que já esteve, Dra. Dalila”. A Excelentíssima Desembargadora Presidente **Dalila Andrade** registrou: “É, eu ia falar isso inclusive. Vou ter que me voluntariar a participar em algum turno. Essa é uma coisa boa”, ao que a Excelentíssima Desembargadora **Ana Paola Machado Diniz** complementou: “Eu acho que essa ação, uma quantidade assim mais organizada de processos, vai nos permitir fazer um

diagnóstico da viabilidade da ação do CEJESC por esse caminho. Nossa expectativa é que dê positivo”. Excelentíssima Desembargadora Presidente **Dalila Andrade** externou: “Eu estou apostando nisso”. Após, a Excelentíssima Desembargadora **Ana Paola Machado Diniz** concluiu: “Vamos trabalhar para isso, nosso compromisso é de trabalho”. Em prosseguimento, a Excelentíssima Desembargadora Presidente **Dalila Andrade** expôs: “Aposto também, Desembargadora Paola, Vossa Excelência que falou de BI, aposto também muito em a gente capacitar ainda mais os servidores de gabinete, os assessores de gabinete, na triagem bem feita desses processos que estão no gabinete, para explicar exatamente como encontrar no acervo do gabinete quais são os processos que são apenas de embargos de declaração, dentro de embargos de declaração quais são apenas os embargos opostos pela Petrobrás, pelo Banco do Brasil, pelo Bradesco, ou então por assunto também. Ainda que a gente não consiga uma credibilidade tão grande assim, mas alguma coisa a gente pode, pode nos auxiliar. Eu tenho certeza que sim, então a Presidência está à disposição e a gente está pensando, Léa, em um treinamento. Assim, um dia inteiro de treinamento dos assessores de Desembargadores, dos colegas também para conhecerem melhor. Porque uma única vez foi apresentada essa ferramenta aqui pelo servidor da Corregedoria, na época, que é Júnior, está hoje na Secretaria de O&M, mas é necessário que o colega entenda um pouquinho mais para entender para na hora da organização do acervo. Na hora que você organiza um acervo às vezes a gente enxerga que a coisa não é tao complexa como a gente imagina. Mas, Desembargadora Léa, por favor”. A Excelentíssima Desembargadora **Léa Nunes** se pronunciou: “Inclusive, eu tenho batido nessa tecla com o pessoal do PJe justamente com isso. Porque o PJe teria toda capacidade para nos dar essas ferramentas e não tem. O Tribunal daqui já fez o SAL – se você for no PJe, do lado esquerdo tem um gráfico, clicando nesse gráfico você pega os processos da segunda instância – e eu tenho pedido para que nesse SAL a gente também faça pesquisa pelo reclamado, pela empresa, porque a gente faz uma filtragem bem melhor. A gente ainda não conseguiu isso. Também pedi pelo nome do advogado, porque assim que chegar o processo no Tribunal você já pode ver o advogado se há impedimento, suspeição e, de imediato, despachar, porque às vezes isso acontece lá na frente. Então, assim, eu tenho conversado, agora mesmo eu mandei uma mensagem hoje para Léo, Leonardo do SI, para ver se a gente consegue fazer essa filtragem no PJe. Porque quando você faz a filtragem no SAL hoje, na distribuição, você consegue, por exemplo, pegar todos os processos do Estado da Bahia. Só que são os processos que também já passaram no seu gabinete, que já estão inclusive no primeiro grau. Então não me adianta, eu quero saber o que está dentro do gabinete”. A Excelentíssima Desembargadora **Ana Paola Machado Diniz** informou: “Mas o BI, Léa, lhe dá com mais transparência isso”. No mesmo sentido, a

Firmado por assinatura digital em 07/02/2020 14:41 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por NAIA VIEIRA JASMIN. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020702247194392.

Firmado por assinatura digital em 04/02/2020 11:32 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por DALILA NASCIMENTO ANDRADE. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020402245514076.

Excelentíssima Desembargadora Presidente **Dalila Andrade** declarou: “Ainda não resolveu isso, não, Léa? O BI dá. Inclusive, você pode fazer por parte, por advogado, por assunto, por matéria, por classe processual”. A Excelentíssima Desembargadora **Ana Paola Machado Diniz** acresceu: “No 2º grau ele ainda não nos oferece por advogado, infelizmente, mas Márcio me falou que eles estão trabalhando essa ferramenta para o 2º grau. Mas, por exemplo, eu fiz um teste depois que eu aprendi a lidar. A partir do BI, Estado da Bahia, são processos que têm muitos. Se você quiser saber dos seus processos com prazos vencidos ou com prazos a vencer determinado período, você quer saber filtrar os processos do Estado da Bahia e da Sandes. Isso é importante porque a matéria fica mais comum. Estado da Bahia com outra qualquer das prestadoras de serviço, você consegue filtrar. Ainda sai com um link, ele dá o número do processo, clicando no próprio BI ele já remete automaticamente para o PJe. Para ele ser perfeito, como nossos recursos eles são de matérias cada vez mais multifacetárias, você não tem um recurso, dificilmente você tem um recurso de matéria única. O ideal seria que conjugado a essa questão da parte reclamada nós tivéssemos também a possibilidade de ter um registro fiel de matéria. O BI tem essa ferramenta da matéria, mas os nossos bancos de dados não estão atualizados de acordo com a matéria do recurso”. A Excelentíssima Desembargadora **Léa Nunes** ressaltou: “Não é isso, é que quando a parte recorre não diz qual é a matéria às vezes”, tendo a Excelentíssima Desembargadora Presidente **Dalila Andrade** explicitado: “Mas, Léa, também, é o seguinte. Paola, porque como é o advogado que cadastra a reclamação trabalhista, ele que cadastra a ação, é ele que cadastra também o recurso. Então aí a gente só vai conseguir transpor essa dificuldade, esse obstáculo, se por acaso chegar no gabinete, no caso no gabinete fizer uma triagem inicial mais ajustada. Aí sim, aí a gente pode, o índice de confiabilidade aí passa a ser melhor. Mas eu tenho certeza de que essas ações vão melhorar muito, então o que a gente pede é um voto de confiança. Não é isso, Paola?”. A Excelentíssima Desembargadora **Ana Paola Machado Diniz** complementou: “Isso. E quem sabe daqui a algum tempo nós já tenhamos inclusive algum perfil mais ou menos estabelecido - pelas experiências que nós vamos fazer no CEJUSC -, um determinado perfil de processos que estão nos gabinetes e cuja conciliação tem mais êxito. Entendeu? De repente a gente triar pelo menos alguns critérios que já facilitam esse trabalho até no próprio gabinete mesmo, de identificação dos processos quando chegar, já identifica que é um processo que tem algum perfil que é possível a conciliação”. Após, a Excelentíssima Desembargadora Presidente **Dalila Andrade** pontuou: “Tem umas ferramentas de sucesso em outros regionais, como a 4ª Região, 12ª, se não me engano, mas, segundo eles, você diz 'ah, tá ótimo, me dê então, me disponibilize', dizem 'ainda não terminou o teste de piloto'. A Excelentíssima Desembargadora **Ana Paola Machado Diniz** declarou: “Então vamos trabalhar, Sra.

Firmado por assinatura digital em 07/02/2020 14:41 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por NAIÁ VIEIRA JASMIN. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020702247194392.

Firmado por assinatura digital em 04/02/2020 11:32 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por DALILA NASCIMENTO ANDRADE. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020402245514076.

Presidente. Trabalhar pra gente conseguir. Vamos aguardar os resultados, mas vamos fazer o que for possível para contribuir ai também nesse âmbito” e, em adesão, a Excelentíssima Desembargadora Presidente **Dalila Andrade** acrescentou: “Muito bem, esse projeto e tantos outros a gente sabe que pode contar com a colaboração de todos os colegas e com o Ministério Público do Trabalho também nessas ações. Como eu falei com você, Paola, a gente chamar aqueles grandes devedores, grandes empresas, inclusive em uma ação na Presidência, com o juízo de conciliação, o Ministério Público do Trabalho tenho certeza que parceiro continuará sendo. Bom, então eu declaro...”. O Excelentíssimo Desembargador **Valtércio de Oliveira** solicitou a palavra para expor: “Presidente, eu quero enviar uma mensagem de congratulações à Desembargadora Nélia Neves, que se aposentou recentemente e que prestou relevantes serviços a este Tribunal. Eu tive a honra de tê-la como minha colega na faculdade, na UESC, antiga FESP, nos formamos juntos. Depois tive a honra de conviver com a colega, ela atuando como secretária de audiência na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Itabuna, junto com Dr. Everton Machado, e eu à época já tinha entrado antes com a Desembargadora, então juíza Presidente da 2ª Junta, a Dra. Dolores. Ela tem uma carreira brilhante. Em 1983, juntamente com colegas de ponta de escola, como o Desembargador Paulino, a Desembargadora Ana Lúcia, a Desembargadora Elisa Amado, o juiz Edvaldo que por aqui passou e depois foi Presidente no Tribunal na Paraíba e tantos outros que passaram nesse concurso, foram o Dr. Omano Machado e mais alguns outros que eu não me recordo no momento. Então ela trilhou um caminho fantástico, foi uma juíza sempre ponderada, equilibradíssima, com todas as dificuldades que ela tinha pessoais, mas ela venceu a tudo com honradez, com muita garra, muita luta, muita disposição, e sempre esteve à disposição dos colegas com uma lhaneza no trato muito difícil de se ver, uma lhaneza que nasce do fundo do seu coração e era lhaneza verdadeira. Tive a honra também de tê-la quando então Presidente do Tribunal, 2013/2015, de tê-la como a Vice-Presidente do Tribunal, onde também prestou um serviço extraordinário. Nos auxiliou muito, não só no recurso de revista, mas usando, perdão pelo linguajar popular, mas ela não era outra senão 'pau para toda obra'. Precisou dela, ela estava ali presente. Presidiu também a comissão que antecedeu para a formação do atual plano de saúde que nós temos aqui hoje, ainda na gestão da Dra. Ana Lúcia Bezerra. Trouxe, junto com a Presidente Ana, a juíza do Pará que veio aqui nos dar uma aula sobre plano de gestão de saúde. Então, assim, eu sinto uma falta enorme da colega que passou por momentos difíceis de saúde e que terminou se aposentando e que, para minha honra, eu já pedi, inclusive, fiz um requerimento pedindo para ir para a 5ª Turma ficar exatamente no lugar dela. Porque pra mim é um momento assim de prestigiá-la, de honrá-la. E eu tenho certeza que todos nós merecemos dar esse apoio nesse momento tão difícil que é essa transição, quando a gente sai do dia

Firmado por assinatura digital em 07/02/2020 14:41 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por NAIÁ VIEIRA JASMIN. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020702247194392.

Firmado por assinatura digital em 04/02/2020 11:32 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por DALILA NASCIMENTO ANDRADE. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020402245514076.

a dia, do lufa-lufa, para a aposentadoria. Eu estou pedindo, portanto, essa homenagem para que, se aprovada, seja encaminhada para a Desembargadora Nélia e seus familiares, sugerindo até que se faça uma sessão especial para entrega da toga dela aqui no plenário. É esse meu requerimento, Presidente”. A Excelentíssima Desembargadora **Ana Lúcia Bezerra** aderiu à proposta: “Presidente eu endosso as palavras do Desembargador Valtércio, até porque também caminhamos juntas, fomos do mesmo concurso e sempre tivemos uma aproximação fraternal muito grande mesmo, cuja aproximação continua. Nós estamos sempre em contato, realmente ela teve que parar por circunstância de saúde mesmo, por problemas de saúde, mas a cabeça de Nélia tá muito boa, Nélia raciocina muito bem e sempre tá comigo perguntando por todos os colegas. Vivenciando aqui ela deu tudo de si, então tudo que se fizer ou se dizer da Desembargadora Nélia ainda é pouco para o que ela é. Então eu endosso *in totum* tudo que o Dr Valtércio disse”. Após, a Excelentíssima Desembargadora **Débora Machado** se associou: “Presidente, eu também endosso todas as palavras do Desembargador Valtércio. Dra. Nélia realmente é uma pessoa que fez história nesse Tribunal, principalmente por sua ternura, por sua capacidade de convivência em colegiado, de ouvir o colega, de respeitá-lo, de refletir acerca das observações sempre feitas em algumas oportunidades em relação a decisões e a avaliar aquilo que foi colocado e, havendo necessidade de revisão do posicionamento, sempre o fez de maneira muito nobre, então merece muito essa homenagem do nosso Tribunal. Eu endosso totalmente as palavras do Desembargador Valtércio, ressaltando que também nutro por Dra. Nélia um carinho especial, não só enquanto profissional, mas também colega, enquanto amiga, enquanto ser humano que eu admiro muito”. No mesmo sentido, o Excelentíssimo Desembargador **Renato Simões**: “Presidente, também eu quero registrar a minha adesão total à moção que foi formulada pelo Desembargador Valtércio. Desejar que, neste momento em que deixa a nossa companhia, a Desembargadora Nélia seja muito feliz nas atividades que abraçar daqui em diante. Também nutro por ela o mesmo respeito e o mesmo carinho”. O Excelentíssimo Procurador **Luís Carlos Carneiro** também se manifestou: “Presidente, o Ministério Público do Trabalho também adere à moção sugerida por Dr. Valtércio à Dra. Nélia e todas as homenagens são merecidas e são muito bem-vindas. Uma Desembargadora que muito bem exerceu a sua função perante o TRT da 5ª Região”. Em prosseguimento, o Excelentíssimo Desembargador **Jéferson Muricy**: “Presidente, quero também me associar ao que foi dito. As homenagens todas são muito merecidas. A Desembargadora Nélia é uma excelente colega. Enfim, é uma precoce ausência, digamos assim, já que ainda poderia ficar conosco muito mais tempo. Então eu quero me associar nessas justas e merecidas homenagens prestadas à Desembargadora Nélia”, a Excelentíssima Desembargadora **Ana Paola Machado Diniz**: “Eu também adiro à moção do

Firmado por assinatura digital em 07/02/2020 14:41 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por NAIÁ VIEIRA JASMIN. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020702247194392.

Firmado por assinatura digital em 04/02/2020 11:32 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por DALILA NASCIMENTO ANDRADE. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020402245514076.

Desembargador Valtércio nessa homenagem à Desembargadora Nélia, que me passou sempre a mensagem de acolhimento e comprometimento. Trabalhamos juntas durante o tempo que substituí na 4ª Turma e vivenciei toda a preocupação dela com o julgamento dos processos, mesmo quando já estava com a saúde mais debilitada. Então eu acho que a homenagem em um momento desse é muito importante, até sob o ponto de vista emocional da pessoa e também como reconhecimento do Tribunal por um serviço bem prestado durante toda uma vida”, a Excelentíssima Desembargadora **Léa Nunes**: “Eu também, Excelência” e o Excelentíssimo Desembargador **Paulino Couto**: “Eu também me associo à moção. Conheci a Desembargadora Nélia da época do nosso concurso, em que 8 foram aprovados e, com a aposentadoria dela, somente remanescem agora da Turma eu e a Desembargadora Ana Lúcia. A Desembargadora Nélia teve uma trajetória profissional sempre em ascensão, iniciou sua vida como professora, depois foi funcionária da justiça do trabalho, ingressou na magistratura, foi Desembargadora, passou pela mesa diretora, foi uma colega sempre distinta, muito querida por todos nós. Além disso, sempre foi uma amiga leal, sincera, honesta e uma pessoa dedicada ao trabalho e à Justiça do Trabalho. Então, eu adiro à moção e, realmente, concordo com a sugestão do Desembargador Valtércio de que a Desembargadora Nélia merece inclusive até uma sessão especial em sua homenagem”. A Excelentíssima Desembargadora Presidente **Dalila Andrade** aderiu nos seguintes termos: “Vossa Excelência tem toda razão, Desembargador Valtércio. Eu endosso não apenas as palavras de Vossa Excelência, mas as palavras de todos os colegas que me antecederam, do Dr. Luís Carneiro, e eu faço inclusive a minha meia culpa, a gente precisa reconhecer quando a gente se omite e deveria eu, na qualidade de Presidente, capitanear esta moção. Mas que bom que Vossa Excelência não nos deixou cair neste esquecimento, nesta omissão, porque o trabalho de toda uma vida não pode ser esquecido por uma instituição de forma alguma e a colega Nélia ela tem o que a colega Débora falou, ela tem a lhanza no trato, o acolhimento, a serenidade, a tranquilidade. Sempre foi uma pessoa muito doce, muito carinhosa. Sem contar todo o trabalho prestado em prol do Tribunal. Eu, quando atuei como Corregedora, pude verificar muito de perto o trabalho que a Desembargadora Nélia fez quando atuou como Vice-Corregedora e foi uma Vice-Corregedora muito boa. Ela não apenas acolhia, orientava, coordenava, mas também ela era exigente e dura quando tinha que ser. Eu sempre procurei me espelhar nesses colegas como a Desembargadora Nélia e acolho, de imediato, a proposta feita por Vossa Excelência. Estava eu pensando, Desembargador Valtércio, em relação a essas sessões de entrega de toga, não sei por que, nunca mais nós tivemos aposentadorias de colegas, mas, recentemente, foram 4 ou 5 colegas aposentados, não é isso? E eu estava pensando, juíza Cecilia, por esses dias agora no recesso, exatamente isso. Vou providenciar uma sessão especial para entrega de togas para esses colegas que

Firmado por assinatura digital em 07/02/2020 14:41 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por NAIÁ VIEIRA JASMIN. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020702247194392.

Firmado por assinatura digital em 04/02/2020 11:32 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por DALILA NASCIMENTO ANDRADE. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020402245514076.

se aposentaram recentemente e aí também a Desembargadora Nélia. Efetivamente, ela merece todas as homenagens deste Tribunal”. Em seguida, a Excelentíssima Desembargadora **Léa Nunes** se manifestou: “Excelência, eu gostaria só de falar rapidamente pra dizer também que me associo a essa homenagem a Nélia, a quem eu nutro, tenho assim um carinho muito grande, uma admiração muito grande, justamente por ser uma pessoa doce, firme, comprometida e que seu sorriso sempre foi muito acolhedor. Eu sempre senti no sorriso dela uma coisa de muito amor. Então, assim, eu acho que nós devemos realmente fazer essa homenagem a ela”. O Excelentíssimo Desembargador **Valtércio de Oliveira** acresceu: “Presidente, só acrescentando, são 40 anos de serviço. 36 anos como magistrada e mais 4 anos como servidora. Então, é uma história de vida aqui no Tribunal”. A Excelentíssima Juíza **Cecília Magalhães**, Presidente da Amatra5, solicitou a palavra para expor: “Dra. Dalila, demais componentes desse Tribunal, uma boa tarde, um feliz ano novo, que tenhamos um ano exitoso apesar de todas as dificuldades que se apresentam por vir, mas que seja exitoso não só para a Justiça do Trabalho, mas para todos nós aqui do TRT5. A Amatra5 está aqui para aderir também às homenagens, às palavras de todos aqui ditas pelos Desembargadores em relação à Dra. Nélia, nossa associada, com quem tive o prazer de estar passando por uma correição em Jequié quando fiz 15 anos de magistratura e ela estava lá e me fez uma homenagem lindíssima, me presenteou com uma orquídea muito bela. Então eu quero registrar aqui, como Dra. Débora falou, a ternura de Dra. Nélia, a capacidade de ouvir, de compreender e, por isso, merecedora, além de todo trabalho prestado no Tribunal, dessa linda homenagem que o Tribunal vai prestar a ela e que a Amatra certamente prestará. Obrigada, Dra”. A Excelentíssima Desembargadora Presidente **Dalila Andrade** concluiu: “Então, aprovada à unanimidade a moção. Dr., Vossa Excelência gostaria de se manifestar? Dr. Carlos Alfredo”. Concedida a palavra ao advogado Carlos Alfredo Cruz Guimarães, também se manifestou a favor da proposição: “Dra. Nélia realmente merece todo o respeito e admiração porque fez um trabalho excelente. Não só no tribunal, quando juíza ainda inclusive na Vara de Vitoria da Conquista”. A Excelentíssima Desembargadora Presidente **Dalila Andrade** consignou: “Então, aprovada à unanimidade a moção. E, antes de encerrar a sessão, colegas, também, ainda em tempo, eu proponho uma moção de pesar pelo falecimento do genitor do juiz Firmo Leal, Sr. Carlos Eduardo Leal, no último sábado. Nós postamos uma nota de pesar no site do Tribunal, ele foi sepultado no mesmo dia em que faleceu, já vinha de um processo, ele ficou internado durante um tempo muito grande. Assim, quase 50 dias na UTI e foi um sofrimento muito grande, eu acompanhei, para toda a família do juiz Firmo e, no final das contas, efetivamente houve um descanso. Então, eu proponho essa moção de pesar. O juiz Firmo é um colega que eu posso dizer que ele é um parceiro muito grande, vem prestando um serviço relevante a este Tribunal não

Firmado por assinatura digital em 07/02/2020 14:41 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por NAIA VIEIRA JASMIN. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020702247194392.

Firmado por assinatura digital em 04/02/2020 11:32 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por DALILA NASCIMENTO ANDRADE. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120020402245514076.

de agora, não da Corregedoria, mas há muitos anos, muitos e muitos anos mesmo. Me parece que é um colega cuja homenagem aqui, a gente homenageando a memória do pai dele, eu proponho uma homenagem ao próprio colega e, aprovada a moção, que seja enviado ofício à família dele”. O Excelentíssimo Desembargador **Valtécio de Oliveira** se associou: “Presidente, eu adiro à moção. Conheci o pai dele, era uma pessoa muito amável, muito assim família e as vezes em que fui a Ipiaú, quando estava nas tratativas para construir o prédio lá da Vara de Ipiaú, sempre ele estava presente e dava aquela força 'olhe, vamos continuar'. E Firmo foi assim, o braço direito lá para nos ajudar na construção daquele prédio que ficou belíssimo. Então, eu acho uma justíssima homenagem e adiro com todas as palavras de Vossa Excelência. Proposta aderida também pelo Ministério Público do Trabalho. Finalizando, a Excelentíssima Desembargadora Presidente **Dalila Andrade** declarou: “Então, aprovada à unanimidade a moção, deverá ser expedido ofício à família. Bom, nada mais havendo, eu declaro encerrada a sessão e desejo um bom 2020 para todos nós. Muito obrigada, colegas”.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual lavrei a presente ata, que, após sua aprovação, segue assinada pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do TRT da 5ª Região.

Salvador, 7 de janeiro de 2020.

Naia Vieira Jasmin

Diretora da Secretaria do Tribunal Pleno e Órgão Especial

Dalila Andrade

Desembargadora Presidente do TRT da 5ª Região